

263 Abadia elogia a decisão de Sarney

Maria de Lourdes Abadia, candidata à Câmara pelo PFL, elogiou, ontem, a decisão do presidente José Sarney em não encaminhar à Assembléia Nacional Constituinte, que se instalará em 1987, o resultado do trabalho da Comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos e que deveria servir de base para discussão do novo texto constitucional.

Para ela, a decisão do presidente Sarney é correta. A futura Assembléia, a ser eleita a 15 de novembro, é livre e soberana. Só, depois de empossada, caberá discutir, formular e decidir seus juízos de ação.

Assim, argumenta, "o documento que representa importante e substancioso estudo e que contou com a participação de tão valiosas inteligências, pessoas de inegáveis méritos intelectuais e jurídicos, poderá servir, em vários pontos, no decorrer das discussões que se travarão no plenário e nas comissões especializadas da Assembléia, num importante ponto de apoio para os Senhores Constituintes.

Arquivo



Abadia: decisão correta

Seu encaminhamento, no entanto, à Assembléia Constituinte seria uma intervenção de Poder Executivo nos trabalhos de um outro Poder".

— A atitude do presidente José Sarney foi a mais justa e correta, o que não é de causar surpresa, pois, o Presidente da República tem pautado sua ação de governo, desde sua interinidade, pelo equilíbrio, acentuou Maria de Lourdes Abadia.

O Projeto, embora represente, em alguns pontos, inovações dignas de apreço, como o reconhecimento das uniões estáveis como unidade familiar, bem como direitos iguais para os filhos havidos dentro ou fora do casamento; há pontos controversos. Por exemplo: é por demais estatizante quando dá ao Estado o direito de estabelecer normas para o palnejamento da atividade econômica do País e amplia os dispositivos de intervenção do Estado ao prever "ação supletiva e reguladora do Estado, bem como a função social da empresa".

Discussões

Outro ponto que provocaria discussões intermináveis, diz a candidata Maria de Lourdes Abadia, se o Projeto fosse encaminhado à Assembléia, seria a criação do "regime parlamentarista híbrido". Tivemos, num passado ainda recente, a experiência de um regime parlamentarista híbrido, quando o Congresso, para evitar o caos, aprovou, de afogadilho, a emenda Raul Pilla, deputado gaúcho pelo Partido Libertador. A implantação de parlamentarismo no País, naquela oportunidade, só não foi mais desastrosa, pois foi escolhido para Primeiro-Ministro o deputado Tancredo Neves, nosso saudoso Presidente".